

PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA

(Instituto jurídico-processual de tímida aplicação)*

LUIZ CARLOS DE PORTILHO

Advogado em Belo Horizonte

"O fundamento dessa condenação é o fato objetivo da derrota, e a justificação desse instituto está em que a atuação da lei não deve representar uma diminuição patrimonial para a parte a cujo favor se efetiva; por ser interesse do Estado que o emprego do processo não se resolva em prejuízo de quem tem razão e por ser, de outro turno, interesse do comércio jurídico que os direitos tenham um valor tanto quanto possível nítido e constante".

(Chiovenda - "Instituições de Direito Processual Civil", trad. bras. de J. Guimarães Menegale, com anotações de Liebman, vol. III, pág. 285, "Segundo o direito italiano, as despesas da lide compreendem, sempre, também, os honorários de advogado...", pág. 290).

1. Quase que ingenuamente, o art. 64 do Código de Processo Civil, editado pelo Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939, dispunha a respeito da indenização do vencedor, pelo vencido na causa, no tocante aos honorários advocatícios:

"Quando a ação resultar de dolo ou culpa, contratual ou extracontratual, a sentença que a julgar procedente condenará o réu ao pagamento dos honorários do advogado da parte contrária".

* Trabalho vencedor no concurso - "Prêmio Milton Campos" - instituído pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais, em 1974.

Não era convenientemente utilizado o preceito. A conceituação de dolo e culpa estava entregue a um julgamento subjetivo do magistrado e, no final da demanda, o réu, vitorioso, satisfeito por se haver livrado dos azares e tormentos da ação, não se sentia encorajado ou entusiasmado a ajuizar uma ação em busca dos honorários, omitidos na sentença, expondo-se aos riscos do litígio e tendo, ainda, que fazer nova contratação dos serviços profissionais de advogado e, assim, expondo-se, talvez, ao pagamento de novos honorários.

2. Muito tempo depois da expedição do Decreto-lei nº 960, de 1938 - atinente à cobrança da dívida ativa da União, Estados e Municípios - a legislação específica passaria a incluir, como responsabilidade do executado, o percentual de honorários:

"As percentagens devidas aos Procuradores da República, aos Procuradores da Fazenda Nacional e Promotores Públicos, pela cobrança judicial da Dívida Ativa da União, passarão a ser pagas pelo executado". (Artigo 21 da Lei Federal nº 4.439, de 27 de outubro de 1964).

3. No ano seguinte ao da sanção da Lei nº 4.439, a Lei Federal nº 4.632, de 13 de maio de 1965, decorrente do Projeto nº 2.722, apresentado à Câmara dos Deputados, em 27 de fevereiro de 1961 - a tramitação durou mais de 5 anos! - pelo Deputado Menezes Cortes, mandava que o art. 64 do Código de Processo Civil passasse a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 64 - A sentença final na causa condenará a parte vencida ao pagamento dos honorários da parte vencedora, observado, no que for aplicável, o disposto no art. 55.

§ 1º - Os honorários serão fixados na própria sentença, que os arbitrarão com moderação e motivadamente.

§ 2º - Se a sentença se basear em fato ou direito superveniente, o Juiz levará em conta essa circunstância para efeito da condenação nas custas e nos honorários".

4. A despeito de o dispositivo haver empregado a expressão "motivadamente", as sentenças, ordinariamente, se limitavam a fixar o quantum ou o percentual estabelecido a título de honorários advocatícios, quando deste ponto também cuidava.

5. Antes, porém, da modificação do art. 64 do CPC, pela Lei nº 4.632 - que, verdadeiramente, introduziu, na processualística civil, o "princípio da sucumbência" - o Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963) já dedicava todo um Capítulo - do art. 96 ao 102 - à questão da remuneração profissional, merecendo destaque

estes dois dispositivos, que repontarão, no decurso deste trabalho, citados em diferentes acórdãos objeto de referência e fundamentação:

"Art. 96 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na Ordem o direito aos honorários contratados ou, na falta de contrato, dos que forem fixados na forma desta lei.

Art. 97 - Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários serão fixados por arbitramento judicial em percentagem sobre o valor da causa".

6. Se os dispositivos do Estatuto da Ordem dos Advogados encontravam resistência na aplicação, apreço à regra enunciada de se fazer a fixação ou arbitramento de honorários somente quando inexistisse contrato, falta de estipulação ou acordo, eles que, talvez, tivessem tido o propósito de inspirar ou forçar a implantação do "princípio da sucumbência" em nosso Direito Processual Civil, o próprio art. 64 do CPC, remodado e tornado racional pela Lei nº 4.632, enfrentou óbices.

7. De começo, as sentenças entendiam que o preceito não alcançava as causas em curso. E era um dispositivo processual. Em relação aos executivos fiscais, tornara-se moda afirmar que a alteração a eles não se dirigia. E, quanto ao mandado de segurança, ousou-se sentenciar que este não era uma "causa" e, assim, como o novo art. 64 do CPC declarava, literalmente, que a "sentença final na causa" deveria condenar a parte vencida ao pagamento dos honorários do advogado da parte vencedora, a frágil escusa tornar-se-ia responsável pela formação da frutuosa tese, graças à qual, na espécie, o Poder Público viria a ficar isento do ônus.

8. En passant, assinale-se que o ano de 1974 iniciou-se, para a vida forense, sob a regência de um novo Código de Processo Civil, Editado em 11 de janeiro de 1973, pela Lei nº 5.869, no mesmo ano, sofreria, primeiramente, uma "revisão" que alcançou 93 artigos seus, levada a efeito pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro; a seguir, a Lei nº 6.014, de 27 de dezembro, procuraria adaptar ao novo texto processual dispositivos de outras e diferentes leis que também portavam preceitos cuja harmonia com o novo CPC era imperioso preservar. Duas, portanto, as tentativas reajustadoras, empreendidas pelo próprio Ministério da Justiça, para que o novo Código de Processo Civil possa desafiar, incólume, a ação do tempo e o embate no Judiciário, aquela sempre impiedosa, e, este não preparado, devidamente, para recebê-lo e aplicá-lo com eficácia. Mas o CPC já nasceu sob o signo da revisão, porque surgiu antes de reformar-se o Código Civil. Ele sofrerá inevitáveis alterações e correções já em 1974, se algo mais radical não lhe ocorrer.

9. O novo CPC traria, evidentemente, o preceito relativo aos honorários advocatícios. Incorporou-se a matéria ao Direito Processual

Civil, mas a timidez não permitiria, em 1939, quando se editara o Código de Processo Civil - único - a absorção da tese do "princípio da sucumbência", pregada por Chiovenda e incluída no Código de Processo Civil Italiano, em 1940, elaborado depois do nosso, que era de 1939.

Para que não se repetisse no novo Código, vigente desde 1º de janeiro deste ano, a pouca vontade de disciplinar-se, de modo definitivo, a correta aplicação do "princípio da sucumbência" - ou "princípio do sucumbimento" - seis emendas, no Senado, foram oferecidas ao Projeto do Executivo que, no particular, na Câmara dos Deputados, não sofrera qualquer modificação.

As Emendas nºs 40, 41, 45 e 46, subscritas, respectivamente, pelos Senadores Daniel Krieger, Nelson Carneiro, Antônio Carlos Konder Reis e Tarso Dutra, absolutamente iguais, tiveram uma única procedência, revelada, claramente, em três delas: a Ordem dos Advogados, Seção do Rio Grande do Sul. A de nº 39, foi apresentada pelo Senador Flávio de Britto. O Senador José Augusto Ferreira Filho fez excelente justificação ao propor sua emenda nº 42 e, dela, se aproveitou o que viria a constituir a maior parte do art. 20 da lei.

O Relator-Geral, Senador Accioly Filho, experimentado advogado paranaense, apreciando as seis emendas, em confronto com o texto do Projeto do Executivo, redigiu e logrou ver aprovada subemenda, que passaria a figurar no texto definitivo com esta redação:

"Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios.

§ 1º - O Juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido.

§ 2º - As despesas abrangem não só as custas dos atos do processo, como também a indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração do assistente técnico.

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

- a) O grau de zelo do profissional;
- b) o lugar da prestação do serviço;
- c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 4º - Nas causas de pequeno valor e nas de valor inestimável, bem como naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equi-

tativa do Juiz, atendidas as normas das letras a a e do parágrafo anterior".

Cauteloso e fazendo ressalvas que julgou cabíveis, o parecer do Senador Accioly Filho justificou a figuração de preceito referente a honorários advocatícios na lei processual civil:

"Há várias emendas a propósito do tema de fixação de honorários advocatícios. A rigor, a matéria não seria de lei processual civil, porque então nesta se teria de tratar também de estabelecer a remuneração de todos que participarem do pleito judicial. Assim, quanto a despesas, a lei processual fica nas generalidades sem descer às minúcias, que ficam a cargo dos Estados, porque destes é a competência, como o é para os vencimentos da magistratura.

São tantos, porém, os desencontros de advogados com os Juizes em razão da fixação de honorários, que é de se apresentar uma subemenda para disciplinar este ponto no Projeto".

Não é possível deixar-se de realçar, neste passo, que, sancionada a Lei nº 5.869, dentre as 93 modificações pretendidas em projeto que se lhe seguiu, proposto pelo Executivo, e que viria a transformar-se na já citada Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973, pretendeu-se anular, em parte, o que se continha no § 3º, e, de outro lado, excluir-se a Fazenda Pública - já titular de tantos privilégios - do critério nele fixado, mas o Senado houve por bem restabelecer o pensamento anterior, não permitindo que se eliminasse toda a expressão do § 4º do art. 20, "bem como naquelas... em que for vencida a Fazenda Pública" que, graças a essa salutar reação, figura, explicitamente, no texto, pouco importando o pesar que isto possa ter causado aos litigantes fazendários.

10. Nem poderia ser de outro modo, posto que, na "Exposição de Motivos" do Senhor Ministro da Justiça - o advogado e Professor Alfredo Buzaid - justificadora do projeto, fora escrito, no tópico III, item 17:

"O projeto adota o princípio do sucumbimento, pelo qual o vencido responde por custas e honorários advocatícios em benefício do vencedor.

"O fundamento desta condenação - como escreveu Chiovenda - é o fato objetivo da derrota; e a justificação deste instituto está em que a atuação da lei não deve representar uma diminuição patrimonial para a parte a cujo favor se efetive: por ser interesse do Estado que o emprego do processo não se resolva em prejuízo de quem tem razão e por ser, de outro turno, que os direitos tenham um valor tanto quanto possível nítido e constante". (Chiovenda - "Instituições de Direito Processual Civil", tradução brasileira, com notas de Liebman, vol. III, pág. 285).

A emenda do Senado ao Projeto de que resultaria a Lei nº 5.925 - revisora da de nº 5.869 - reintroduzindo a responsabilidade da Fazenda Pública, expressamente, entre todos os litígios e fatos sujeitos à aplicação do "princípio da sucumbência", zelou a coerência do próprio projeto primitivo do Senhor Ministro da Justiça. Tenhamos como certo que, embora sem uma referência taxativa, a Fazenda Pública, pelo menos ela, como entidade do Poder Público, está sujeita ao "princípio da sucumbência" em tema de mandado de segurança, por força da redação clara e infosismável do § 4º do art. 20 do atual CPC.

A JURISPRUDÊNCIA - 1a. parte

11. Não mais interessaria, parece, uma exploração sobre o comportamento da jurisprudência relativamente ao art. 64 do antigo CPC na sua primitiva redação, na redação anterior à modificação ditada pela Lei nº 4.632. Uma digressão, porém, em torno desse mesmo dispositivo, depois do rejuvenescimento trazido pela Lei nº 4.632, é de todo proveitosa. É o que se vai tentar fazer, porque este trabalho aspira, não exclusivamente ao honroso prêmio a que concorre, porém, além dele e muito mais do que a ele, o propósito de lograr um melhor entendimento do correto e justo "princípio da sucumbência", sem as restrições que lhe têm sido opostas, e que o Senador Flávio de Britto lamentou desta forma, na justificativa de sua frustrada Emenda nº 39 ao projeto governamental de que resultaria o novo Código de Processo Civil (nº 810/72, na Câmara, e nº 41/72, no Senado):

"... o que o legislador não logrou alcançar ainda - quer na nova redação dada ao art. 64 do Código vigente, pela Lei nº 4.632, quer na redação do art. 21, do Projeto ora em exame, apesar da sua inteira adesão ao princípio da sucumbência, são critérios objetivos a permitir ao Juiz fixar os honorários advocatícios. Na verdade, essa fixação, com base num e noutro dispositivo, fica a depender geralmente de uma variedade enorme de fatores que não se harmonizam e que comprometem seriamente os propósitos da lei como: compreensão do Juiz pela necessidade do trabalho do advogado, aptidão para valorizar esse trabalho, prevenção contra a possibilidade de o advogado ganhar somas polpudas face aos proventos não muito satisfatórios da magistratura, costumes regionais de contratação de honorários etc. etc.

Disso resulta que causas idênticas, propostas e acompanhadas com a mesma diligência, em comarcas ou Varas diferentes, pelo mesmo advogado, acabam tendo, quanto ao aspecto da fixação de honorários, os resultados mais desencontrados, mais disparatados e, não raro, os mais injustos possíveis.

Por outro lado, a experiência tem demonstrado que muitos Juizes, desatentos à regra processual de que devem cingir-se a decidir apenas o que é objeto de controvérsias no processo e não o que já houver sido

aceito implícita ou explicitamente pelas partes (cf. arts. 130 e 335, inc. III, do Projeto, entre outros), arvoram-se em árbitros de questões sobre as quais não chegou a haver contraditoriedade, como o caso dos honorários pedidos e não impugnados.

Ora, se uma parte pede determinada quantia a título de honorários e a outra não impugna essa quantia na hora certa, no momento processual oportuno, claro está que essa questão deixou de ser contraditória, incompetindo ao Juiz voltar a agita-la na hora da decisão.

Tais situações, felizmente, têm sido consertadas reiteradamente nos nossos Tribunais, mercê da jurisprudência que já se tornou pacífica e volumosa (o próprio STF tem jurisprudência dominante sobre o assunto), de modo que nada obsta figure a tendência doutrinária e jurisprudencial direta e expressamente na lei, como forma válida de alcançarem-se aqueles objetivos de critério.

A isso se propõe a presente emenda, devendo ser ressaltado que, através dela, ter-se-á, também, a fórmula mais adequada e mais racional de fixar honorários, nos casos de impugnação pela parte. Ao Juiz fica deferida a incumbência de fixar, já não mais de arbitrar, mas nunca em quantia inferior aos padrões costumeiros impostos pela Ordem dos Advogados do Brasil, que são os verdadeiramente equânimes.

Atendidos estarão, assim, aqueles objetivos de "não diminuição patrimonial para a parte", de que nos falam Chiovenda e Alfredo Buzaid".

Indagar-se-á, ao cabo da leitura dessa justificativa, tão realística, redigida por quem demonstra viver o desconolo do final das sentenças que, sem qualquer motivação e fazendo caso omissivo de honorários previamente contratados ou pedidos no limiar da causa sem impugnação da parte contrária, arbitram a remuneração profissional em quantias ou percentuais ínfimos em prejuízo do vencedor, o que teria sido proposto pelo Senador Flávio de Britto? Conquanto não vitoriosa, a sua emenda está incorporada à *mens legis* e, assim, colaborou ela, a seu modo, para que o relator redigisse a subemenda vencedora, sensível que ele ficou ao problema dos honorários e sua colocação no Direito Processual Civil.

A Emenda nº 39 do Senador Flávio de Britto rezava:

"A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios, ficando o Juiz adstrito ao que for pedido a esse título, quando não houver impugnação.

Parágrafo único - Impugnado o pedido de honorários, o Juiz arbitra-los-á, mas em quantia nunca inferior aos mínimos estabelecidos na tabela da Ordem dos Advogados".

Pouco importa que a Emenda nº 39 do Senador Flávio de Britto não tenha sido vitoriosa. Ele queria evitar o arbitramento judicial dos honorários quando estes, pedidos no limiar da causa, não fossem impugnados ou, se impugnados, o Juiz os fixasse, sim, nunca, porém, em quantia inferior aos mínimos estabelecidos pela Ordem dos Advogados do Brasil - uma tabela que obedece a princípios comedidos e éticos.

O comentário do Senador Flávio de Britto demonstra uma vivência sofrida na questão da aplicação do "princípio da sucumbência" e denota uma luta do autor da emenda contra as arbitrariedades, sobrelevando o arbitramento, esta boa palavra que, tantas vezes, é enxotada da cena pelo imperfeito entendimento dela e pela arrogância com que comparece a outra - arbítrio ou arbitrariedade.

12. Já ficou registrado noutro lance, mas repita-se: em vigor a Lei nº 4.632 - uma lei processual - logo não faltaria uma multidão de sentenças a negar imediata aplicação do "princípio da sucumbência" aos processos em curso. As partes e seus patronos, estes advogando além da incumbência recebida, para que seus clientes não ficassem despojados de parcela de seu patrimônio ou, pelo menos, decepcionados, lutaram bravamente, a despeito de muitos deles, pelo comodismo, haverem aceitado a imposição judicial. Os que, resolutos e indefessos, alcançaram o Supremo Tribunal Federal, vencendo as barreiras que se antepõem ao recurso extraordinário, mas contribuindo para o aprimoramento da Justiça, viram um dia, inscrever-se na "Súmula da Jurisprudência Predominante", o verbete nº 509:

"A Lei nº 4.632, de 18/05/1965, que alterou o art. 64 do Código de Processo Civil, aplica-se aos processos em andamento nas instâncias ordinárias".

Até que, por força da reiteração, a derradeira instância condensasse sua orientação nesta frase, e a publicasse no "Diário da Justiça", de 10 de dezembro de 1969, mais de cinco anos depois de editada a Lei nº 4.632, e, no interlúdio, decidisse, entre outros, os cinco recursos mencionados, explicitamente, na referência que acompanha cada verbete da "Súmula", até que isto ocorresse, quantos perderam, viram-se desfalcados no seu patrimônio porque, em defesa do seu direito, tiveram que estar em Juízo, a este não procuraram por prazer? E os autores dessas enxaquecas e desses desfalques ao patrimônio da parte vencedora, provavelmente, sequer terão perdido o sono...

13. Outra luta, porém, estava sendo travada pela aplicação do novo preceito, especificamente, no terreno dos executivos fiscais. Na batalha da Fazenda Pública, poderosa e privilegiada, fazendo coro com os defensores dos supostos, alegados, porém, nem sempre líquidos direitos fazendários, numerosas decisões de primeira instância, prestigiadas pela imediatamente superior, pretenderam eximir a exequente, quando

perdedora do feito, da responsabilidade de sofrer as consequências do "princípio da sucumbência". Honra, porém, aos que - executados e seus advogados - não desfaleceram na peleja e foram ao Supremo Tribunal Federal buscar o seu veredictum e que, proferido reiteradamente, veio, entretanto, despido de uma censura aos negativistas pelo seu comportamento paternalista para com a Fazenda Pública. A reprimenda, todavia, está implícita na sobriedade do verbete nº 518, que se inseriu na "Súmula da Jurisprudência Predominante" do Supremo Tribunal Federal:

"Aplica-se aos executivos fiscais o princípio da sucumbência a que se refere o art. 64 do Código de Processo Civil".

Na referência, como que a impedir o surgimento de novas e travessas controvérsias, o Supremo Tribunal Federal, além de quatro das várias decisões sobre o tema, indicou:

"C. Pr. Civ., art. 64 (red. da Lei 4.632/65)".

"DL 960, de 17/12/38, art. 76 ("DO" de 17/12/38)".

14. Seria, porém, tranqüila a submissão da Fazenda Pública, de então em diante, quanto ao respeito que ela também deve às normas processuais? Ilusão.

A tenacidade e a renitência - que tanto conflitam com a coerência e a ética - levam a Fazenda a negar, através de preliminares ou de recursos extravagantes, o cabimento de honorários advocatícios em favor do executado, quando ela, reconhecendo o erro, desista da ação, depois que esta foi contestada; ou, como tem sido comum, pugne pela não aplicação do contrato ou convenção, aquele e esta celebrados entre a parte contrária e seu advogado, em torno de honorários profissionais, buscando, em muitos casos, reduzir esta remuneração, para suportar menor ônus, depois que ela mesma, na inicial do executivo, pleiteara o percentual que surgerira ao executado aceitar idêntico quantitativo proposto pelo seu advogado. Estes pontos serão objeto de exame, também, por parte deste despretencioso trabalho, em tópicos que vão surgir no momento adequado.

15. Igualmente, o mandado de segurança, como se assinalou já, no item 7, seria objeto de restrições quanto à aplicação do correto "princípio da sucumbência"; evidentemente, o Supremo Tribunal Federal não poderia esposar a heresia jurídica posta em voga, segundo a qual era inaplicável o art. 64 do CPC, com nova redação trazida pela Lei nº 4.632, porque não se tratava de uma ação, uma causa, ou, ainda, porque não tivesse havido expressa referência a ele no preceito processual ou porque ele fosse objeto de lei específica. Nada disso - esperava-se - poderia influir na orientação do Supremo Tribunal Federal. Em verdade, porém, a instância derradeira terá atentado para os aspectos desastrosos da condenação, a cada instante, dos mais diferentes ramos da administração pública, por força da torrencial concessão de mandados de segurança -

90 em cada 100 impetrados! - em honorários da parte cujo direito se arranhara ou se tentara lesar ou se arrebatara.

A orientação do Supremo Tribunal Federal, deste modo, deixa de ser jurídica para ser essencialmente política. Procura resguardar a economia oficial. Além disso, ela não enobrece os dirigentes do serviço público: são tantas as arbitrariedades que se praticam contra os direitos do cidadão e, por vezes, esses atentados são cometidos por tantos funcionários pouco aptos para a função exercida, que o raciocínio da derradeira instância, desgarrado, embora, do espírito da Lei nº 4.632, chega a ser correto e encontra a tolerância dos profissionais do Direito - as verbas públicas seriam esgotadas, o tesouro se exauriria, rapidamente, com os contínuos precatórios contra ele expedidos para o ressarcimento de honorários devidos à parte vencedora.

Por isso, o Supremo Tribunal Federal, com certo pesar evidentemente, incorporaria à "Súmula da Jurisprudência Predominante", o cauteloso verbete nº 512:

"Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança".

O Supremo Tribunal Federal legislou, e, legislando, esclareceu, numa ressalva, que o mandado de segurança é uma ação, uma causa, desapontando os autores de sustentação oposta quando quiseram, sem apoio, negar-lhe esse status para não deferir ao vitorioso a verba advocatícia.

A redação do § 4º do art. 20 do novo Código de Processo Civil, todavia, deverá provocar - espera-se - uma revisão do verbete 512, porque ali se estabeleceu:

"Nas causas de pequeno valor e nas de valor inestimável, bem como naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do Juiz..."

O que é o mandado de segurança? Concedido, ele não resguarda o contribuinte contra o executivo fiscal? Então, o mandado de segurança é um executivo fiscal "às avessas", como o seria, igualmente, a ação anulatória. Se, fora de dúvida, os honorários advocatícios podem ser impostos à Fazenda Pública perdedora no executivo fiscal ou, de um modo geral, o Poder Público, na ação anulatória, obviamente, se, ao invés do executivo ou da anulatória, o caso pudesse decidir-se através do mandado de segurança, os honorários deveriam caber também nessa espécie, isto é, nesta ação, nesta causa.

Entendeu-se, porém, que, em mandado de segurança, não há condenação em honorários advocatícios e até que o verbete da "Súmula" seja revisto, a orientação do Supremo Tribunal Federal prevalecerá. Este trabalho levantou a possibilidade de a revisão ser feita, agora, em face do § 4º do art. 20 do novo Código de Processo Civil.

A JURISPRUDÊNCIA - 2a. parte

16. Sob a égide dos artigos 96 e 97 do Estatuto da Ordem dos Advogados - já transcritos no tópico nº 5 - os profissionais do Direito, em aceitando o patrocínio de ações e causas, geralmente, pactuam com a clientela, em contrato, o tipo e a extensão do serviço a ser prestado, os honorários, o seu percentual, e a forma de pagamento.

Nada mais correto e justo. No final do pleito, não haveria dúvida alguma sobre o quantitativo a pagar. O contrato assumiria, automaticamente, a condição de instrumento de dívida líquida e certa, e, desde logo, estariam dirimidas quaisquer controvérsias ou discussões entre o cliente e o advogado. O fundamento para a cobrança seria a sentença com o reconhecimento dos honorários como pactuados, e, evidentemente, a exigência se voltaria contra o perdedor da ação. Estranhamente, porém, a controvérsia, quando o vencido seja o Fisco, vem sendo levantada pelos representantes judiciais deste, que alegam - e este é bem o caso da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais - coisas estranhas como o fato de o contrato não ter sido lavrado em instrumento público e, dele, não haver participado o Poder Público.

Nada mais inexacto, como se vê.

Não pede a lei que os contratos de honorários sejam lavrados em instrumento público. Não é da sua essência esta formalidade. Sequer o reconhecimento de firmas poderia ser uma das exigências. Muito menos, o registro do contrato em qualquer repartição para que pudesse valer desde logo. Não pede a lei, igualmente, - porque ela não cometeria tal absurdo - que o contrato seja levado à prévia assinatura do Poder Público.

A sobriedade da linguagem dos artigos 96 e 97 da Lei nº 4.215 (Estatuto da Ordem dos Advogados) repele tão frágeis controvérsias; elas se esboroam, ante a precisão das palavras, constituindo, até mesmo, motivo de perplexidade a arguição daquelas coisas por parte da Fazenda Pública.

O que rezam os dois dispositivos? Simplesmente que, na falta de contrato, estipulação ou acordo, os honorários serão fixados por arbitramento judicial.

Não deixa de ser curioso, todavia, que a própria Fazenda Pública

Estadual, ela mesma, nas suas petições de executivo fiscal, em obediência à estipulação constante da Lei mineira nº 5.047, de 27 de novembro de 1968, peça a condenação do executado no percentual de honorários ali previsto, ou mais elevado, e se insurja, incongruente e, contra idêntico percentual que o executado haja contratado com o seu advogado, quando tenha ela de suportar os efeitos do "princípio da sucumbência".

Está aqui um desagradável exemplo.

O Fisco, através de um inábil elemento, lavrou contra certa empresa nada menos de seis notificações, dela exigindo o pagamento de imposto e multa somando quase dois milhões de cruzeiros. Improcedente a exigência em face da lei, ainda assim, duas das seis notificações foram, logo, aprovadas e mandadas inscrever em "dívida ativa" as respectivas importâncias, iniciando-se o executivo fiscal em relação a uma. O advogado conseguira sobrestar as cinco outras, através de memorial à autoridade competente, e defendera a executada, em Juízo, com ela pactuando honorários de vinte por cento sobre o benefício que alcançasse, apenas em relação ao valor da notificação ajuizada. Nos embargos à penhora, fora pedida a condenação da Fazenda Pública nos honorários contratados; os embargos não foram impugnados; a Fazenda não se manifestou sobre a documentação apresentada, a despeito de a executada haver requerido, por duas vezes, que ela se pronunciasse; no dia da audiência, apenas a executada comparecera e ouvira testemunhas. Declarada improcedente a cobrança, o magistrado de primeira instância, todavia, concedera honorários de, apenas, dez por cento, sem fundamentar tal fixação, como recomendava o § 1º do artigo 64 do antigo CPC, fazendo caso omisso do pedido explícito da executada, nos embargos, e, quando do agravo, não reconsiderou sua decisão, nem mesmo ante a juntada do contrato de honorários. A Fazenda pleitearia, em seu recurso voluntário, que os honorários fossem reduzidos, de 10%, para 3%, e nas contra-razões, sustentaria que o contrato não fora anexado aos embargos à penhora e, assim, ela não pudera manifestar-se sobre tal ponto, esquecida, entretanto, de que os honorários, justamente no percentual reclamado, haviam sido pedidos no limiar da causa e que ela deixara de impugnar os embargos, não se manifestara sobre qualquer documento em tempo próprio, fora ausente à audiência de instrução e julgamento. Por que, depois, alegar todas estas coisas para obter êxito - e o obteve - no sentido de que fosse negado provimento ao agravo da executada? Esta, simplesmente, pleiteava a elevação, de 10%, para 20%, da verba honorária, em respeito aos artigos 96 e 97 da Lei nº 4.215, de abril de 1963 - porque havia um contrato categórico - e, em obediência ao art. 64 do antigo CPC - porque era caso de aplicação do "princípio da sucumbência". E, numa deplorável falta de ética, a Fazenda, ainda, pedira a redução dos honorários a que fora condenada, de 10%, para 3%.

Justa, pois, a amarga queixa da executada, em carta ao seu advogado, ao fim da aventura em que ela, no mérito, fora vitoriosa, pois que todas as notificações foram canceladas:

"Como esperávamos, acabamos sendo punidos indiretamente; fato que não podemos compreender, pois contraria, na nossa opinião de leigos, elementares normas de bom senso geralmente observadas, mas somos obrigados por lei a aceitar.

Não temos interesse em tentar a rescisória sugerida por V. S. Damos, assim, por encerrada a questão, reconhecendo, mais uma vez, que, da parte de V. S., sempre houve o máximo esforço na defesa de nosso direito".

17. Aflora, em nossas pesquisas na realização deste trabalho, um episódio vindo de Uberaba. Executivo fiscal instaurado pela Fazenda Pública Nacional fora declarado improcedente, mas a sentença, sem motivação quanto a este ponto, fixara os honorários do advogado do vencedor em 10% apenas, embora tivessem sido eles pedidos na razão de 20% na peça de embargos; esta peça levava a assinatura do próprio executado que, assim, manifestava, expressamente, a existência do contrato de honorários profissionais a que ela se referia; o contrato, afinal, seria anexado aos autos, quando do agravo em que se pleiteara a elevação da verba advocatícia, de 10%, para 20%, isto é, para o percentual contratado. Ao apreciar este recurso, o MM. Juiz de Direito da Primeira Vara de Uberaba - Dr. Virgílio Machado Alvim - mantida a sentença quanto ao mérito, modificou-a no tocante aos honorários:

"... a tese de equiparação de situações, advogada com raro brilhantismo pelo ilustre procurador do recorrente, embora calcada em princípios de equidade, por si sós merecedores de simpatia do aplicador da lei, deve ser acolhida em termos.

Os honorários de advogado usualmente são calculados sobre o montante da condenação, quando a cargo do promovente.

A razão, entretanto, milita em favor do recorrente, quando nosso ilustre antecessor nesta Primeira Vara, ao fixar a verba advocatícia, o fez à base de dez por cento (10%) sobre o valor da causa. É que, realmente, a lei impõe ao executado o ônus de vinte por cento (20%), além de todos os demais, quando vencedora a Fazenda Pública, e esses 20% são destinados às despesas de honorários advocatícios, recolhidos aos cofres da União, porque esta mantém seu quadro de procuradores, encarregados de intervir nas ações em que tiver interesse.

Ora, se é este o ônus imposto ao executado, quando vencido, justo lhe seja abonado em igual proporção, quando vencedor.

Acentue-se, por outro lado, que ditos honorários foram contratados (fls. 152), dentro das taxas usuais, e, muito embora o contrato

não esteja autenticado em sua data, para valer de per si contra a parte adversa - visto tratar-se de documento particular produzido entre as partes interessadas - foi ele corroborado pela subscrição do agravante nos embargos opostos à execução (fls. 27), onde expressamente se declara terem eles sido contratados à base de vinte por cento (20%), pleiteando o executado reciprocidade de tratamento. Acresça-se a tudo isto o inegável zelo do profissional encarregado da defesa do contribuinte, o fato de residir na Capital do Estado e de ter de locomover-se a uma distância de 450 km para produzir a defesa, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado e o tempo presumivelmente gasto para o preparo e execução dos serviços, critério que, consagrado pela jurisprudência diuturna de nossos Tribunais, mereceu expressa inclusão no novo diploma adjetivo, cuja vigência está marcada para 1º de janeiro de 1974.

Assim, *data venia*, não poderia nosso ilustre antecessor ter-se divorciado dessa conspícua diretriz, sem dúvida alguma a mais justa, para reduzir a verba advocatícia à taxa de dez por cento (10%), sem deduzir as razões da glosa, quando, o mais certo, teria sido arbitrá-los nos vinte por cento (20%) pleiteados nos embargos.

Por estes motivos, dou provimento parcial ao agravo para arbitrar em vinte por cento (20%) sobre o valor constante da inicial, a verba advocatícia devida pela agravada, modificada nessa parte a v. sentença do meu ilustre antecessor".

O provimento parcial - deve este trabalho esclarecer para mitigar a justa curiosidade dos que se interessarem por este estudo - se deve à circunstância de que o agravo pleiteara, além da elevação da verba advocatícia, de 10%, para 20%, que ela se aplicasse sobre o correto valor da causa, não sobre a importância constante da inicial, mas aquela que seria a devida pelo executado no dia da execução da sentença. Sobre este pormenor, este estudo, no 20º tópico examinará o problema.

18. A lúcida e bem fundamentada sentença do ilustre Juiz Virgílio Machado Alvim, além da solidez que ela apresenta, tem em seu favor a jurisprudência.

O Tribunal Federal de Recursos, em sucessivas oportunidades, tem declarado o aprego que devem merecer os artigos 96 e 97 do Estatuto da Ordem dos Advogados, ou, ainda que eles não existissem, o respeito que as sentenças devem devotar à contratação pactuada entre as partes no tocante a honorários advocatícios:

Do Senhor Ministro MÁRCIO RIBEIRO:

"À unanimidade, deu-se provimento ao recurso para arbitrar a verba honorária em 20%. Em 11/09/73 - 3a. T.

Reforma parcial de sentença que fixou os honorários em quantia inferior a 20%, por se tratar de quebra de compromisso para pagamento de débito parcelado, hipótese em que são devidos os **honorários pactuados**, cujo percentual de 20% foi sugerido pelo Decreto nº 60.368/67, art. 27". ("Diário da Justiça", da União, de 29 de outubro de 1973, pág. 8.162, AP 35.861).

*

"Por unanimidade, deram provimento ao agravo, para incluir na condenação honorários à razão de 20% sobre o valor do débito. Em 02/10/73 - 3a. Turma.

EMENTA - Executivo fiscal. **Honorários pactuados**. 20% sobre o valor do débito. Juros. Correção monetária.

Reforma parcial de sentença para incluir na condenação a taxa de honorários na base pactuada no contrato de parcelamento de débito". ("Diário da Justiça", da União, de 19/11/73, página 8.731, AP 34.460).

"Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso para arbitrar a verba honorária em 20%. Em 23/10/73 - 3a. Turma.

EMENTA - Executivo fiscal. Honorários pactuados. Quebra de acordo para parcelamento do débito.

Procedente a ação baseada no rompimento de acordo para parcelamento do débito, são devidos os honorários pactuais, cujo percentual de 20% foi sugerido pelo Decreto 60.368, de 1967, em seu art. 27". ("Diário da Justiça", de 03/12/1973, página 9.200, AP nº 35.110).

*

Do Senhor Ministro ESDRAS GUEIROS:

"Executivo fiscal - INPS x Panificação Olga Ltda. Cobrança de contribuições previdenciárias, após parcelamento não cumprido. Exclusão, pelo Dr. Juiz a quo, dos honorários advocatícios. Obrigatoriedade de tais, principalmente quando constante o seu percentual de cláusula do contrato de confissão de dívida com parcelamento. "Súmula" 519, do Supremo Tribunal Federal. Recurso provido, para inclusão da verba honorária, no percentual de 20%, conforme disposto na cláusula contratual. Decisão unânime". ("Diário da Justiça", de 01/08/1972, página 4.911, AP nº 33.112).

Em igual sentido, o AP nº 34.595, in "Diário da Justiça", da União, de 19/11/73, página 8.731.

*

Do Senhor Ministro AMARÍLIO BENJAMIN:

"Havendo convenção sobre honorários, no parcelamento de débito estabelecido, é regular que a condenação imponha os honorários de acordo com a previsão das partes". ("Diário da Justiça", da União, de 15 de outubro de 1973, página 7.701, AP nº 34.478).

*

Do Senhor Ministro HENROCH REIS:

"Por unanimidade, deram provimento ao agravo do INPS, fixar os honorários advocatícios em 20%; e negaram provimento ao agravo da executada, 3a. Turma, em 10/06/72.

EMENTA - Executivo fiscal para cobrança de dívida regularmente inscrita, proveniente de contribuições previdenciárias. Sua procedência. Honorários advocatícios. Indevida sua redução, com desprezo a convenção expressa das partes que os fixaram no percentual de praxe". ("Diário da Justiça", da União, de 1º de agosto de 1972, página 4.913, AP nº 33.600).

Em igual sentido, o AP nº 33.928, publicado também no "DJ" de 01/08/72, página 4.913.

Em igual sentido, o AP nº 34.068, publicado no "Diário da Justiça", da União, de 09/10/1972, página 6.757

*

Do Senhor Ministro JORGE LAFAYETTE GUIMARÃES:

"Executivo fiscal - Honorários de advogado - Confissão de dívida.

Convencionados no instrumento de confissão de dívida, honorários de advogado de 20%, para o caso de não cumprimento do parcelamento concedido pelo INPS, impõe-se a condenação da executada ao seu pagamento, no percentual estipulado". ("Diário da Justiça", da União, de 9 de outubro de 1972, página 6.757, AP nº 34.307).

*

Do Senhor Ministro HENRIQUE D'ÁVILA:

"Executivo fiscal. Havendo confissão de dívida por parte da executada para pagamento parcelado do débito, e como não houvesse sido cumprido o contrato, assiste ao exequente o direito aos honorários de advogado na base de 20%, segundo o consignado expressamente em cláusula da avença pactuada". ("Diário da Justiça", da União, de 21 de agosto de 1972, página 5.336, AP nº 33.909).

Em igual sentido, o AP nº 34.308, publicado, também, no "Diário da Justiça", da União, de 21 de agosto de 1972, página 5.337, AP nº 34.308.

19. O Percentual de 20% - Se, em todos os acórdãos enumerados no tópico anterior - que deram amplo e fundamentado suporte à correta sentença do Juiz Virgílio Machado Alvim, os honorários foram declarados devidos no percentual de 20%, porque fora este previsto, clara e expressamente, em contrato entre as partes - bom é que, agora, se invoquem decisões que, invariavelmente, mandaram pagar os honorários naquele percentual - 20% - sem a indagação da existência de contrato.

Do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

"Quanto ao recurso da Cooperativa de Consumo, reclamando a condenação da parte vencida, em honorários de advogado, dele conheço diante do comprovado dissídio de julgados. Dou-lhe provimento, de acordo com a orientação prevalente nesta Corte, no sentido da aplicação do art. 64 do Código de Processo Civil, às ações executivas fiscais julgadas improcedentes (RE 62.384, de São Paulo, julgado a 12/02/1968 e do qual fui relator). Fixo a condenação em honorários advocatícios, em 20% sobre o valor da causa". (Rec. Extraordinário nº 62.620, julgado pela 1a. Turma do Supremo Tribunal Federal, em 09/09/1968, relator o Senhor Ministro Djaci Falcão - entre partes: Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais e Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Telefônica de Minas Gerais Ltda.).

Do TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS:

AP nº 34.944-RS-Relator: Sr. Ministro Márcio Ribeiro - Recorrente: Juiz da 2a. Vara da Comarca de Novo Hamburgo. Agravado: Curtume Momberger, S/A (Adv. Dr. Ruy Noronha).

- Decisão: "Por unanimidade, deram provimento, em parte, ao recurso, para reduzir a taxa de honorários a 20%. Em 2 de outubro de 1973 - 3a. Turma".

EMENTA - Executivo fiscal. Honorários. Redução para 20%. Reforma parcial da sentença que julgou o INPS carecedor de ação, apenas para reduzir os honorários a 20%. ("Diário da Justiça", da União, de 3 de dezembro de 1973, pag. 9.200).

*

AP nº 33.661-MG-Relator: Sr. Ministro Esdras Gueiros. Agravante: INPS. Agravada: Caixa de Pecúlio dos Sargentos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. (Advogado: Dr. Hélio de Almeida Fernandes).

- Decisão: "À unanimidade, deu-se provimento ao agravo para incluir na condenação honorários de 20%". ("Diário da Justiça", da União, de 29 de novembro de 1973, página 8.024).

Em igual sentido AP nº 33.796, relator, ainda, o Sr. Ministro

Esdras Gueiros, pág. 8.024 do "Diário da Justiça", da União, de 29/11/73.

*

EAC nº 31.043-GB-Relator: Sr. Ministro Amarílio Benjamin. Revisor: Sr. Ministro Márcio Ribeiro, Embargante: Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas. Embargada: Maria Luíza Dutra da Fonseca. (Advogados: Drs. Pedro Teixeira Soares e Renato Baracat Nogueira).

- **Decisão:** "Por maioria de votos, vencido o Senhor Ministro Néri da Silveira, rejeitaram-se os embargos". (Em 29/05/73 - Tribunal Pleno).

Ementa - SASSE - Seguro - Inscrição de neta como única beneficiária.

"Baseado o pedido no Decreto nº 43.813, de 1958, e comprovada a dependência econômica, faz jus a neta a receber o seguro para o qual sua avó a indicou como beneficiária.

Honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor dado à causa pela inicial". ("Diário da Justiça", da União, de 1º de outubro de 1973, página 7.279).

O Sr. Ministro **Armando Rollemberg**, na presidência do Tribunal Federal de Recursos, ao admitir um recurso extraordinário na Apelação Cível nº 20.568 ("DJ", de 01/08/1972), assim examinou a questão:

"2. Para justificar o seu recurso pela letra d a companhia seguradora invoca como paradigma decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, na qual o relator, cujo voto predominou no julgamento, assim se manifestou:

"Foram fixados os honorários advocatícios em quantia certa, em Cr\$ 300,00, como se constata no corpo do acórdão. Esta compreensão diverge da que foi adotada no RE-64.153, relatado pelo eminente Ministro Amaral Santos, que assenta na seguinte ementa:

"Indenização por acidente ferroviário. Progressividade. Proporção entre a pensão e o salário mínimo. Honorários de advogado na base de 20%. Recurso extraordinário conhecido e provido em parte".

E também da inteligência consubstanciada no RE-64.026, também relatado pelo Ministro Amaral Santos, cuja ementa diz:

"Nas ações de indenização por ato ilícito, o valor da causa é o do montante do dano apurado (Lei nº 4.215, de 27/04/63, art. 97, § 4º). Precedente do RE-62.817. Recurso não conhecido".

Afigura-se-me fora de dúvida a divergência jurisprudencial. E os acórdãos trazidos à colação afinam com a melhor exegese. Aliás, o eminente Ministro Amarílio Benjamin, após fazer menção à "Súmula" 389, afirma com a devida propriedade:

"Contudo, na hipótese, disciplinando a matéria, a Lei 4.215, de 27/04/63, dispõe expressamente:

"Art. 97 - Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários serão fixados por arbitramento judicial em percentagem sobre o valor da causa.

§ 4º - Nas ações de indenização por ato ilícito, o valor da causa será o montante do dano apurado e, quando se tratar de ilícito contra a pessoa, o da soma dos danos emergentes com o capital fixado para a constituição da renda".

A Lei 4.632, de 18/05/65, como lei geral, fixadora do princípio da condenação obrigatória do vencido na causa, não perturba a norma da Lei 4.215, que, além de ser específica, com a outra se compatibiliza, no apontar o meio prático de os honorários serem fixados. Ocorre, mais, que o fato de a lei prescrever o modo de se proceder ao cálculo da remuneração profissional enquadra o caso na exceção prevista na própria "Súmula" 389, como se constata pelo seu enunciado:

"Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário".

Em face do exposto, conheço e provejo o recurso, para fixar os honorários advocatícios em 20% sobre o montante da indenização".

Não há dúvida de que a interpretação do acórdão padrão diverge daquela seguida pelo aresto recorrido, tornando cabível o recurso pela letra d.

A transcrição de parte do longo despacho do Ministro Armando Rollemberg permitiu verificar que, além do Tribunal Federal de Recursos, também o Supremo Tribunal Federal tem sustentado a orientação relativa à fixação dos honorários advocatícios no percentual de 20%.

Do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, esta pesquisa pôde anotar, dentre os mais recentes julgados, o acórdão proferido pelo Senhor Desembargador Abreu e Silva, na Apelação Cível nº 35.906; três acórdãos da lavra do Senhor Desembargador Werneck Cortes, nas Apelações Cíveis nºs 38.167, 37.509 e 38.084. Foram publicados, o primeiro, no "Minas Gerais", de 29/08/73, e os três outros, no aludido jornal, de 25/09/73, 31/10/73 e 07/11/73. Em todos esses acórdãos, os honorários deferidos ao vencedor foram de 20%.

Do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, foram selecionados, dentre os publicados, os acórdãos da autoria do Senhor Juiz Lamartine Campos, nas Apelações Cíveis nºs 2.773 e 3.800 ("Minas Gerais", respectivamente, de 24/03/72 e 29/06/73); do Senhor Juiz Perboyre Starling, na Apelação Cível nº 4.020 ("Minas Gerais", de 25/08/73); do Senhor Juiz Sylvio Lemos, na Apelação Cível nº 3.820 ("Minas Gerais", de 07/08/73); e do Senhor Juiz Amado Henriques, nas Apelações Cíveis nºs 2.992 e 4.719 ("Minas Gerais", de 21/10/73 e 08/11/73). Em todos esses acórdãos, por unanimidade, os honorários concedidos à parte vencedora, foram de 20%.

O Senhor Juiz Federal substituto da 2a. Vara de Brasília, Dr. Jacy Garcia Vieira, no Executivo Fiscal nº 1.228-E, fixara, em sentença complementar, os honorários advocatícios da parte vencedora, em 20%. ("Diário Oficial", da União, de 5 de março de 1970, página 659).

20. O Valor da Causa para Efeito dos Honorários

A pesquisa, superficial embora - superficial para não alongar em demasia este trabalho - indicou-nos como suficientes as seguintes decisões, que convencem do acerto da tese de que os honorários devem ser calculados sobre o valor final, o valor no dia da execução da decisão e não sobre o valor dado à inicial:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

RE-15.513 - Relator: Senhor Ministro Thompson Flores.

"Honorários: Incidem sobre o total realmente pago, não sobre o valor estimado à causa. Precedentes do STF". ("Diário da Justiça", da União, de 31/08/1973, páginas 6.310/11).

RE-63.642 - GB - Relator: Senhor Ministro Eloy José da Rocha.

"Honorários advocatícios. Negativa de vigência dos arts. 42 e 43 do Código de Processo Civil combinados com o art. 97 da Lei 4.215, de 27/04/63, relativamente à fixação de honorários de advogado".

RE-71.888 - GB - Relator: Senhor Ministro Eloy José da Rocha.

"Honorários de advogado, na purgação da mora, em ação de despejo. Deverão incidir, em princípio, sobre o valor da causa, consoante o disposto no artigo 97 da Lei 4.215, de 27 de abril de 1963, e não, estritamente, sobre o valor da dívida purgada. Consideração das regras do § 5º do art. 97 da referida lei e do art. 64, § 1º, do CPC". (Estas duas decisões foram publicadas na página 7.669 do "Diário da Justiça", da União, de 20 de novembro de 1972).

*

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS:

AP-33.356 - SP - Relator: Senhor Ministro Henocho Reis.

"Executivo fiscal. A dívida fiscal regularmente inscrita prevalece se o executado deixa de apresentar prova capaz de elidi-la. Honorários advocatícios - Sua fixação em 20% sobre o valor total do débito". ("Diário da Justiça", da União, de 15 de outubro de 1973, página 7.700).

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL:

Processo nº 2.530 - "Diário da Justiça", da União, de 12 de março de 1973:

"Executivo fiscal. Honorários de advogado. Cálculo do percentual. Deve levar em conta a exequente, vencida no cálculo do percentual devido ao advogado da parte vencedora, o valor da suposta dívida e acréscimos, corrigidos para a data da execução e não da citação".

O relator, Ministro Peçanha Martins, além da precisão colocada na ementa, no final do acórdão, afugentou qualquer dúvida:

"Qual o valor cobrado? Eis a questão. Mais do que óbvio que este não é o constante da certidão à data em que foi expedida e nem o corrigido à data do início da execução. O verdadeiro valor cobrado é o corrigido à data da execução".

21. Desistência da Ação ou Reconhecimento do Pedido

Desistindo da ação ou reconhecendo o pedido, a parte que o fizer - ainda que seja a Fazenda Pública - responderá pelos honorários advocatícios e demais despesas.

As controvérsias que a jurisprudência vinha exaurindo e espancando, ficaram, definitivamente, afastadas ante o claro e explícito art. 26 do novo Código de Processo Civil:

"Se o processo terminar por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu ou reconheceu.

§ 1º - Sendo parcial a desistência ou o reconhecimento, a responsabilidade pelas despesas e honorários será proporcional à parte de que se desistiu ou reconheceu.

§ 2º - Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente".

A pesquisa selecionara diversos acórdãos com o objetivo de demonstrar a presença do "princípio da sucumbência", também nos casos de desistência ou reconhecimento, mas a vigência do novo CPC tornou desnecessária tão preciosa colaboração.

CONCLUSÃO

22. Esta alongada pesquisa traduz um esforço. Não apenas o decorrente da investigação empreendida, levada a efeito com pugnacidade e propósito de servir, mas, também do esforço diuturno em prol da aplicação de tudo quanto foi sustentado. Espera-se que o trabalho, desprezioso no que é propriamente seu, mas ambicioso no que possui de citação da jurisprudência e da lei, possa servir aos profissionais do Direito e aos magistrados, pois que foi realizado com este honroso propósito.

Ajudou, eficazmente, na colocação do problema, a circunstância particular de o autor vir pelejando pela difusão do "princípio da sucumbência", desde que surgira, na Câmara dos Deputados, em 1961, o Projeto nº 2.722, apresentado pelo Deputado Menezes Cortes, a cuja memória deve este trabalho render uma justa e sincera homenagem, reflexo do reconhecimento dos que, vencedores após laboriosa luta, têm sido levados ao pelourinho judicial pelos que lhes negam a razão e o Direito. A Lei Menezes Cortes - nº 4.632 - está, hoje, consagrada. Evoluiu, do velho para o novo Código de Processo Civil, o princípio que ela procurou instituir, que não representa uma vantagem vingativa do vitorioso no pleito sobre aquele que o forçara a estar em Juízo. O espírito do "princípio da sucumbência" reafirmou-se no art. 20 da nova lei processual e, nesta mesma, em outro lance, ele reponta vitorioso:

"O credor ressarcirá ao devedor os danos que este sofreu, quando a sentença, passada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que deu lugar à execução". (Art. 574, do novo CPC).

O preceito ultrapassa os limites do "princípio da sucumbência", como fora proposto, mas a sua invocação não deveria escapar a um trabalho que está sustentando a conveniência de afugentar-se a timidez da aplicação daquele instituto jurídico-processual, em relação ao qual as decisões ainda não se mostram vigorosas e generalizadas, antes, porém, vacilantes e esparsas.

23. Em resumo, esta pesquisa tentou destacar:

- a) A conveniência da aplicação sistemática e justa do "princípio da sucumbência", até mesmo como medida saneadora a desencorajar demandas inúteis, propostas com o espírito de emulação e que tanto estorvam os atormentados canais

forenses e furtam precioso tempo aos julgadores de todas as instâncias;

- b) que os honorários advocatícios constantes de contrato, estipulação ou ajuste não podem ser glosados pela sentença, em detrimento da parte vencedora, sob pena de ela estar aquinhando a parte vencida à custa do patrimônio daquela;
- c) que os honorários, quando fixados no percentual de 20%, já correspondiam a uma praxe consagrada pela tabela da Ordem dos Advogados, e, agora, ratificado, explicitamente, pelo art. 20 do novo Código de Processo Civil;
- d) que, finalmente, o percentual, qualquer que seja ele, salvo estipulação em contrário, deverá recair, sempre, sobre o valor encontrado na liquidação da sentença que, freqüentemente, se modifica quando a decisão mande acrescer ao principal os frutos previstos na difusa legislação, enfim sobre o exato valor final.